

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

COMPOSIÇÃO

Ministro CEZAR PELUSO – Presidente
Ministro AYRES BRITTO – Vice-Presidente
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro GILMAR MENDES
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA
Ministro DIAS TOFFOLI
Ministro LUIZ FUX
Ministra ROSA WEBER

Primeira Turma

Ministra Cármen Lúcia - Presidente
Ministro Marco Aurélio
Ministro Dias Toffoli
Ministro Luiz Fux
Ministra Rosa Weber

Segunda Turma

Ministro Ayres Britto - Presidente
Ministro Celso de Mello
Ministro Gilmar Mendes
Ministro Joaquim Barbosa
Ministro Ricardo Lewandowski

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e nº 117, de 19 de outubro de 2011, e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gabinete do Diretor-Geral
Brasília-DF, março de 2012.

SUMÁRIO

Introdução	5
Parte A – Informações Gerais sobre a Gestão	
1. Dados Gerais sobre o Supremo Tribunal Federal.....	5
1.1 Relatório de Gestão Individual	5
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	6
2.1 Responsabilidades Institucionais do STF	6
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	9
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade do STF	10
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	13
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	30
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	31
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	31
5. Recursos Humanos	32
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	32
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	35
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	36
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	37
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pelo STF.....	39
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	42
6. Transferências.....	43
7. Declaração referente a contratos.....	44
8. Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	45
9. Controle Interno.....	46
10. Sustentabilidade Ambiental.....	47
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	47
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário	49
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	49
12. Gestão de Tecnologia da Informação	50
13. Cartões do Governo Federal	51
14. Renúncias Tributárias	51
15. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	51
16. Recomendações da Secretaria de Controle Interno atendidas no exercício	56
Parte B – Informações Contábeis da Gestão	
17. Declaração do Contador	79

LISTAS DE TABELAS

Identificação da UJ	5
Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	10
Execução Física das ações realizadas pela UJ	11
Identificação da Unidade Orçamentária	13
Programação de Despesas Correntes	13
Programação de Despesas Capital	14
Quadro Resumo da Programação de Despesas	14
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	16
Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	18
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	19
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	20
Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	21
Despesas Correntes por Grupo e Elem. de Despesa dos créditos recebidos por movimentação ...	22
Despesas de Capital por Grupo e Elem. de Despesa dos créditos recebidos por movimentação...	22
Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	31
Força de Trabalho	32
Situações que reduzem a força de trabalho	33
Estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas	34
Quantidade de servidores por faixa etária	34
Quantidade de servidores por nível de escolaridade	35
Composição do Quadro de Servidores Inativos	35
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	36
Composição do Quadro de Estagiários	36
Quadro de custos de RH nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	37
Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	39
Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	40
Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	45
Estrutura de controles internos da UJ	46
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	47
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	49
Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	49
Gestão de TI da UJ	50
Deliberações expedidas pelo TCU	51
Recomendações da Secretaria de Controle Interno atendidas no exercício	56
Declaração Plena do Contador	79

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão apresenta os atos e fatos praticados pelos gestores do Supremo Tribunal Federal no exercício de 2011, considerando os requisitos constantes da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010; das Decisões Normativas TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e nº 117, de 19 de outubro de 2011; e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1. DADOS GERAIS SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação					
Poder: Judiciário					
Órgão de Vinculação:			Código SIORG: 10000		
Identificação da Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Supremo Tribunal Federal					
Denominação abreviada: STF					
Código SIORG: 10000	Código LOA: 10000		Código SIAFI: 040001		
Situação: Ativa					
Natureza Jurídica: Órgão Público					
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0		
Telefones/Fax de contato:	(61) 3217-3000	(61) 3217-4400			
Endereço eletrônico: cidadao@stf.jus.br					
Página da Internet: http://www.stf.jus.br					
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70175-900					
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada					
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada					
Artigos 92 e 101 a 103 da Constituição Federal.					
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada					
Regimento Interno – Data de Publicação no Diário Oficial da União: 27/10/1980					
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada					
Regulamento da Secretaria, de 30/10/2003 e alterações.					

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO STF

2.1.1 Competência Institucional

De acordo com o art. 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

“I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) (Revogada);

*i) o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;*

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal."

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Durante o ano de 2011, a agenda de trabalho do Supremo Tribunal Federal organizou-se em torno da gestão judiciária. Todas as inovações processuais e administrativas e o esforço da Corte na modernização das concepções gerenciais convergiram para a simplificação de procedimentos, identificação de demandas da sociedade e análise do impacto social das decisões, cumprindo assim sua missão institucional e atingindo os objetivos estratégicos.

Os números referentes à prestação jurisdicional revelam um desempenho extremamente animador em termos de resposta aos apelos da sociedade por mais efetividade da Justiça.

Em 2011, foram proferidos 38 julgamentos de mérito em temas com repercussão geral, ou seja, 105% a mais em relação aos julgamentos de 2010. Com isso, os tribunais de origem podem decidir todos os múltiplos recursos que lhes chegaram e chegam com os mesmos temas.

O aumento do número de ações de controle concentrado levadas a julgamento também mereceu destaque em 2011. Foram julgadas 106 ADIs o que significa incremento na ordem de 52% em relação aos anos anteriores.

O alargamento das classes processuais de competência das duas Turmas racionalizou os trabalhos da Corte e, efetivamente, contribuiu para a celeridade da prestação jurisdicional. A medida desafogou os trabalhos do Plenário e permitiu significativo acréscimo do número de julgados.

Outra importante medida foi o lançamento da segunda versão do peticionamento eletrônico, amplamente discutido, tanto internamente quanto com órgãos e entidades como OAB, Procuradoria-Geral da República, Advocacia-Geral da União, Defensorias e Procuradorias. A nova versão, além de mais moderna, contém lista de peças essenciais às classes das ações processuais que podem ser ajuizadas no STF, permitindo ao advogado conferir todos os requisitos necessários ao bom sucesso das postulações e contribuindo para a redução de petições ineptas por razões de ordem formal.

Os números a seguir refletem o trabalho desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos anos para entregar ao cidadão uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Processos em tramitação

	2008	2009	2010	2011
Originários	12.542	14.979	16.997	18.212
Recursais	99.538	85.655	73.298	49.183
Total	112.080	100.634	90.295	67.395

Fonte: Portal de Informações Gerenciais

Decisões – Totais

		2008	2009	2010	2011
Monocráticas	Relator	102.565	66.412	57.671	52.320
	Presidência	37.288	46.119	40.548	36.754
Colegiadas	Primeira Turma	4.669	6.852	3.390	5.470
	Segunda Turma	9.268	5.828	5.399	5.613
	Tribunal Pleno	5.609	3.298	2.419	1.866
	Plenário Virtual	115	86	112	146

Fonte: Portal de Informações Gerenciais

Decisões – Presidência

		2008	2009	2010	2011
Presidência	Classe Originária	1.185	1.459	947	1.361
	Classe Recursal	8.682	20.488	39.601	35.393
Soma:		9.867	21.947	40.548	36.754

Fonte: Portal de Informações Gerenciais

Decisões – Tribunal Pleno

			2008	2009	2010	2011
Tribunal Pleno	Classe Originária	Controle Concentrado	82	64	91	115
		Controle Difuso	570	470	590	706
	Classe Recursal		263	115	185	190
	Recursos internos da Presidência		4.694	2.649	1.553	855
Soma:			5.609	3.298	2.419	1.866

Fonte: Portal de Informações Gerenciais

Visando preservar a memória da Corte, foi criado em 2011 o selo “Tema Relevante” para qualificar processos e demais documentos de grande valor histórico para a sociedade ou para o STF ou, ainda, de grande repercussão nos meios de comunicação.

As ações para revitalização e modernização do complexo arquitetônico da Corte em 2011 foram realizadas com foco na necessidade de se garantir mais segurança, funcionalidade e comodidade aos públicos interno e externo. Foram concluídas as seguintes obras: reforma e modernização do sistema elétrico do Edifício Anexo II, reforma e adaptações ergonômicas da Biblioteca, construção do espaço de fisioterapia, melhoria da infraestrutura elétrica do Edifício Sede, instalação de catracas para reforçar a segurança e reforma do espaço dos funcionários terceirizados no Edifício Anexo II.

Em 2011, foram criados dois comitês gestores de soluções de software – corporativo e de negócio –, formados por representantes de várias unidades do Tribunal, com a função de avaliar as demandas de desenvolvimento de sistemas e de priorizar aquelas que estão mais preparadas para a automação e que possuem maior relevância institucional. Essa nova metodologia possibilitou apreciar as demandas de maneira mais democrática e dar ênfase àquelas mais alinhadas às diretrizes estratégicas da Corte.

A gestão de pessoas contemplou ações voltadas para o aprimoramento profissional e o fortalecimento da consciência de prevenção e cuidado da saúde, bem como para o estímulo à adoção de hábitos que contribuam efetivamente para a qualidade de vida do indivíduo e da sua relação com diferentes grupos. Durante o ano, 812 servidores foram qualificados em mais de 200 eventos de capacitação oferecidos pelo Tribunal. Além disso, 44 servidores participaram de programa de desenvolvimento específico para a atividade de gestão.

Com a conclusão da obra do espaço fisioterápico, deu-se início às atividades, preventivas e curativas, de assistência às doenças e disfunções do aparelho locomotor, em ambiente especialmente preparado para essa função. O atendimento é realizado de maneira personalizada e evita o absenteísmo entre os servidores.

Essas ações refletem, em síntese, o desempenho do Supremo Tribunal Federal como garantidor da integridade dos direitos fundamentais e guardião da Constituição Federal e da dignidade da pessoa humana.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Administração do Supremo Tribunal Federal estabeleceu oito diretrizes para a gestão, que constituem a agenda de prioridades e de atuação da Presidência do STF frente às responsabilidades institucionais. São elas:

1 – virtualizar integralmente os processos de trabalho do Tribunal, com foco na consolidação do processo eletrônico;

2 – julgar, até 31.12.2011, os feitos originários autuados até 31.12.2006 e os recursos autuados até 31.12.2007;

3 – relevar o papel de Corte Constitucional, mediante fortalecimento do instituto da Repercussão Geral e preferência no julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade;

4 – fortalecer os mecanismos de participação da sociedade na discussão dos temas a serem julgados pela Corte;

5 – aprimorar e acelerar os procedimentos de tramitação e julgamento de feitos criminais;

6 – promover a criação de centro internacional de estudos sobre justiça criminal, segurança pública e desenvolvimento social;

7 – participar da elaboração de convenção internacional sobre regras de tratamento de presos, no âmbito do UNODC;

8 – ampliar a participação institucional do STF no processo legislativo, como representante do Poder Judiciário.

A cultura de planejamento foi incentivada com a criação do Portal de Acompanhamento de Projetos, disponibilizado na intranet do Tribunal. Trata-se de funcionalidade que serve para a divulgação interna e para o acompanhamento das principais realizações do STF, tanto pelo gestor quanto pela Administração.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO STF

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do STF

Código no PPA	0565					
Denominação	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Desenvolver o processo jurisdicional atribuído pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal de forma a atender demanda da sociedade.					
Objetivos Específicos	Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o <i>habeas corpus</i> e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal.					
Gerente	Alcides Diniz da Silva					
Público Alvo	Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
409.570.055,00	402.270.055,00	348.360.666,93	305.243.069,96	43.117.596,97	305.103.870,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual de Processos Julgados	26/04/07	75,00	100,00	100,00	136,49
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação entre o percentual de processos julgados e o total de processos protocolizados no ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
Foram protocolizados 63.594 processos e julgados 86.800 em 2011. O excesso de 23.206 deve-se ao esforço e à decisão dos Magistrados e servidores em reduzir o estoque de processos no Tribunal e ao fato de alguns processos sofrerem, por suas naturezas jurídicas, mais de um julgamento. Dessa forma, o índice do Programa Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal, previsto para 2011, foi superado em 36,49%.						

Fonte: SIGPLAN; SIAFI

Análise Crítica

O contingenciamento ocorrido nas ações Recuperação e Modernização das Instalações do STF, Comunicação e Divulgação Institucional e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no STF - E-jus não prejudicou a execução do Programa, uma vez que foram adiadas algumas metas dessas ações. Não houve nenhum fator preponderante que prejudicasse a execução do referido Programa. Positivamente, destaca-se o empenho do Supremo Tribunal Federal para alcançar os melhores resultados aos menores custos possíveis.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pelo STF

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	301	0565	2004	A	4	unidade	6.178	4.208	6720
02	365	0565	2010	A	4	unidade	300	297	317
02	331	0565	2011	A	4	unidade	243	239	239
02	306	0565	2012	A	4	unidade	1.169	1.165	1169
02	131	0565	2549	A	4	unidade	29.503	84.582	50000
02	128	0565	4091	A	4	unidade	1.208	3.076	1208
02	061	0565	6359	A	4	unidade	102.000	86.800	100%
02	122	0565	09HB	OP	4	-	-	-	-
02	126	0565	1C15	P	4	% exec. física	13%	1,97%	8%
02	122	0565	11CD	P	4	% exec. física	42%	1,42%	19%
09	272	0089	0396	OP	4	-	-	-	-

Fonte: SIGPLAN/ LOA 2012

Análise Crítica

I – Cumprimento das metas físicas:

Em síntese, pode-se afirmar que a execução orçamentária desta UJ transcorreu normalmente, dentro do previsto, não tendo ocorrido outros eventos negativos significativos (internos ou externos) que prejudicassem as metas estabelecidas para o exercício, contribuindo para a concretização dos objetivos estratégicos da Corte.

A ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”, cuja finalidade é proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes, condições para manutenção da saúde física e mental, teve por meta em 2011, o atendimento de 6.178 pessoas, tendo sido atendidos, em média, 4.208 beneficiários ao mês.

A “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados” é uma ação que tem por objetivo oferecer aos servidores e empregados, que tenham filhos na faixa etária de 0 a 6 anos, a concessão de assistência pré-escolar. Em 2011, foram atendidas, em média, 297 crianças, ficando bem próximo da quantidade estimada.

O “Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados” tem por finalidade assegurar, aos beneficiários, o pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das

despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa. Para 2011, a previsão foi o atendimento de 243 servidores, sendo atendida uma média de 239 ao longo do exercício.

A ação “Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados” objetiva conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, auxílio-alimentação aos servidores. Foi prevista uma meta de atendimento a 1.165 servidores em 2011, sendo atendidos 1.169, ou seja, pouco além do estimado, devido ao preenchimento de alguns cargos vagos durante o exercício.

A “Comunicação e Divulgação Institucional” tem por finalidade informar à sociedade brasileira sobre os atos do Tribunal e os serviços essenciais prestados pela Justiça em âmbito nacional. A ação teve, de acordo com a LOA 2011, uma previsão de veicular 29.503 matérias durante o exercício. No entanto, o total de matérias veiculadas em 2011 foi de 84.582, superando sua meta em 186%, isto considerando que os programas jornalísticos gerados pela TV e Rádio Justiça não atendem apenas o STF, mas a todo o Poder Judiciário.

O objetivo da “Capacitação de Recursos Humanos” é proporcionar aos integrantes do STF a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades com maior eficácia, mediante o oferecimento de cursos, treinamentos, palestras, congressos e outros eventos de capacitação. Em 2011, 3.076 servidores participaram dos programas de capacitação, superando a meta de 1.208 em 154%. Isto porque alguns servidores foram capacitados mais de uma vez durante o exercício.

A ação “Apreciação e Julgamento de Causas no STF”, ligada à atividade finalística do STF, teve como meta prevista na LOA 2011, o julgamento de 102.000 processos. Foram julgados 86.800 processos durante o exercício, ou seja, foi executada 85% da meta prevista. Entretanto, a Corte proferiu 102.169 decisões monocráticas e colegiadas em um ano marcado por julgamentos de grande impacto para a sociedade, tais como a ADI nº 4.167, que reconheceu a constitucionalidade da lei que criou o piso nacional do magistério; o RE nº 603.583 sobre a constitucionalidade do exame da OAB; a ADPF nº 132 e a ADI nº 4.277 sobre a união homoafetiva; e o MS nº 30.260 sobre a convocação de suplente e coligação em caso de afastamento temporário de parlamentar.

O projeto “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no STF - E-jus” prevê a implantação de um sistema que contribua para aumentar a agilidade na prestação jurisdicional, proporcionando rapidez nas decisões judiciais, com a utilização e o suporte de sistemas informatizados. Em 2011 foi prevista a implantação de 13% do sistema, chegando ao final do exercício com uma execução aproximada de 2%, devido ao contingenciamento que foi feito em parte nesse projeto.

Para o projeto “Recuperação e Modernização das Instalações do STF” foi definido um percentual de 42% de execução física referente a reformas estruturais, elétricas e hidráulicas nas instalações do Tribunal. Foram feitas adequações nas instalações elétricas, projeto para reforma de elevadores, impermeabilização de juntas de dilatação, reformas no restaurante do STF e parte da modernização do sistema de ar condicionado. No entanto, a execução desse projeto ficou prejudicada devido ao contingenciamento e ao fato de o projeto de construção de uma torre externa de elevadores no Edifício Anexo II ainda encontrar-se em fase de finalização pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer e em trâmite para aprovação no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Além disso, as mudanças e ajustes no leiaute das dependências do Tribunal para criação do 11º Gabinete não puderam ser executadas uma vez que dependem da desocupação do espaço físico utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

II – Ações que apresentaram problemas de execução:

Em conformidade com o artigo 9º da LRF - Lei Complementar 101/2000, foram bloqueados recursos para limitação de empenho e movimentação financeira na ação “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no STF - E-jus”.

O projeto “Recuperação e Modernização das Instalações do STF” também foi parcialmente prejudicado devido ao contingenciamento e à dependência de fatores externos ao Tribunal, conforme explicitado no item I desta análise crítica.

III – Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A justificativa para a ação “Comunicação e Divulgação Institucional” ter superado a meta em 186% deve-se ao fato de os programas jornalísticos gerados pela TV e Rádio Justiça não atenderam apenas ao STF, mas a todo o Poder Judiciário.

A “Capacitação de Recursos Humanos”, por sua vez, teve a meta superada em 154% devido ao fato de vários servidores terem sido capacitados mais de uma vez durante o exercício.

IV – Ações Prioritárias na LDO:

As ações do STF não guardam relação com as ações prioritárias definidas na LDO.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Supremo Tribunal Federal	10101	040001

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		297.178.379,00	298.858.029	-	-	183.746.839,00	171.168.945
	PLOA		285.917.053,00	294.517.827	-	-	154.671.688,00	154.999.260
	LOA		285.917.053,00	294.646.344	-	-	154.671.688,00	154.999.260
CRÉDITOS	Suplementares		13.513.000,00	42.018.599	-	-	8.885.240,00	11.795.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		5.713.000,00	21.018.599	-	-	3.365.240,00	13.950.000
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			293.717.053,00	315.646.344	-	-	160.191.688,00	152.844.260

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		57.660.824,00	40.390.950	-	-	-	-
	PLOA		55.063.024,00	32.290.124	-	-	-	-
	LOA		62.428.320,00	61.290.124	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	5.950.000	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		12.320.000,00	16.795.000				
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			50.108.320,00	50.445.124	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		480.925.218,00	470.026.974,00	57.660.824,00	40.390.950,00	-	-
	PLOA		440.588.741,00	449.517.087,00	55.063.024,00	32.290.124,00	-	-
	LOA		440.588.741,00	449.645.604,00	62.428.320,00	61.290.124,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		22.398.240,00	53.813.599,00	-	5.950.000,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		9.078.240,00	34.968.599,00	12.320.000,00	16.795.000,00	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			453.908.741,00	468.490.604,00	50.108.320,00	50.445.124,00	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A elaboração da Proposta Orçamentária do Supremo Tribunal Federal para o exercício de 2011 teve como base os estudos técnicos realizados pela Secretaria de Administração e Finanças e as necessidades apresentadas pelas diversas unidades deste Tribunal, observada a legislação pertinente, especialmente a Lei nº 12.309/2010, que tratou das diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária/2011.

Feita a consolidação das demandas apresentadas pelas unidades envolvidas no processo orçamentário e os referenciais monetários definidos pela Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, obteve-se os seguintes valores: R\$ 280.704.053,00 para Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 209.734.712,00 para Outros Custeios e Investimentos, totalizando R\$ 490.438.765,00, abaixo 8,9% em relação à demanda apresentada pelo Órgão. Ao final do processo orçamentário, foi aprovada na LOA a dotação total de R\$ 503.017.061,00. Entre a aprovação do orçamento pelos ministros do STF e a aprovação da LOA 2011 constatou-se a necessidade de se obter mais recursos para obras de recuperação e modernização das instalações do STF, o que foi solucionado por meio de emendas parlamentares.

Na elaboração da proposta orçamentária para Pessoal e Encargos Sociais, o parâmetro utilizado foi a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2010, projetada para 2011, em conformidade com o art. 76 da LDO/2011, observando os limites definidos na Lei Complementar 101/2000 (LRF), chegando-se a uma necessidade inicial de R\$ 297.178.379,00. Na composição desse valor, também foram incluídos os cargos vagos, o impacto de adicional de qualificação dos técnicos judiciários (PL 319/2007) e previsão de aposentadorias.

O referencial monetário definido pela SOF/MP ficou R\$ 16.474.326,00 abaixo da demanda apresentada de R\$ 297.178.379,00. Na elaboração do Anexo V do PLOA/2011, foram acrescidos R\$ 5.213.299,00 para provimento de cargos efetivos vagos. Assim, a dotação final aprovada na LOA foi de R\$ 285.917.053,00. Em relação a 2010, houve um decréscimo aproximado de 3% na dotação, sendo suplementada em R\$ 7.800.00,00 por meio de créditos suplementares durante o exercício.

Para Outras Despesas Correntes e Investimentos, foram atendidos os parâmetros estabelecidos no art. 18 da LDO/2011, que define para a proposta do Órgão o conjunto das dotações fixadas na LOA/2010, com as alterações decorrentes de créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de junho de 2010. Dessa forma, chegou-se a uma proposta de R\$ 241.407.663,00 para o custeio de despesas com o funcionamento do Tribunal, manutenção de suas atividades, continuidade da execução dos projetos em andamento e, também, garantir o pagamento dos benefícios aos servidores.

Após os ajustes feitos com base nos limites definidos pelo Poder Executivo e nas demandas do Tribunal, foi encaminhado ao Congresso Nacional o valor final de R\$ 209.734.712,00, dos quais R\$ 55.063.024,00 relativos a investimentos.

A Lei Orçamentária/2011 aprovou R\$ 217.100.008,00, sendo R\$ 62.428.320,00 para Investimentos e o restante para Outras Despesas Correntes. Assim, a dotação aprovada para o Supremo Tribunal Federal teve um acréscimo de R\$ 7.365.296,00 em Investimentos.

Ao longo do exercício, houve necessidade de suplementações de dotações, feitas de acordo com as Portarias nº 6, de 28/02/2011, e nº 7, de 01/03/2011, ambas da SOF/MP, que estabelecem procedimentos e prazos para abertura de créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2011.

No grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, foi feito o primeiro remanejamento dos recursos das dotações destinadas à Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Carreiras para as ações normais de execução das despesas desse grupo, no valor total de R\$ 5.213.000,00 para pessoal ativo e a contribuição social correspondente (Portaria STF nº 106, de 28/04/2011).

A ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões foi suplementada em R\$ 8.300.000,00, dos quais R\$ 1.000.000,00 foram concedidos por meio de Decreto do Poder Executivo e o restante remanejado de outras ações - R\$ 1.500.000,00 de Apreciação e Julgamento de Causas no STF, R\$

3.500.000,00 de Comunicação e Divulgação Institucional e R\$ 2.300.000,00 de Recuperação e Modernização das Instalações do STF. A razão da abertura desses créditos foi a complementação dos recursos para pagamento da folha normal de pessoal e, também, para pagamento de despesas de exercícios anteriores referente à parcela autônoma de equivalência devida a pensionistas e indenização de licença prêmio para servidores aposentados.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	240005	02.061.0565.6359.0001	-	-	4.850,70
		240005	02.061.0565.6359.0001	-	-	5.677,20
		240005	02.061.0565.6359.0001	-	-	199.855,43
		240005	02.061.0565.6359.0001	-	-	12.616,00
		090026	02.061.0565.6359.0001	-	-	2.036,63
		090026	02.061.0565.6359.0001	-	-	16.667,00
	Recebidos	040003	02.032.1389.2B65.0001	-	-	150.000,00
		040003	02.032.1389.2B65.0001	-	-	120.559,79
		040003	01.128.1389.4091.0001	-	-	9.546,40
		040003	01.128.1389.4091.0001	-	-	10.033,33
		040003	02.301.1389.2004.0001	-	-	39.065,96
		040003	02.131.1389.2549.0001	-	-	164.608,36
		070001	02.122.0570.2272.0001	-	-	112,07
		080001	02.061.0571.4256.0001	-	-	114.777,03
		201009	28.846.0901.0625.0001	-	-	27.171,00
		-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em 2011, foram recebidos e concedidos créditos orçamentários por movimentação externa, pelo Supremo Tribunal Federal, no grupo de Despesas para Custeio. Essas movimentações e suas execuções não impactaram nos recursos geridos pelo Tribunal, por tratar-se de ressarcimento de despesas realizadas entre os órgãos envolvidos nos destaques e para pagamento de Recursos de Pequeno Valor. No total foram recebidos R\$ 635.873,94 e concedidos R\$ 241.702,96.

Para cobertura de despesas com a utilização de serviços disponibilizados ao Conselho Nacional de Justiça, foram recebidos R\$ 493.813,84, conforme Protocolo de Cooperação Técnica entre o STF e o CNJ, nas ações Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares, Capacitação de Recursos Humanos, Comunicação e Divulgação Institucional e Assistência Médica e Odontológica.

Do Tribunal Superior do Trabalho, foi recebida uma descentralização de crédito no valor de R\$ 114.777,03, referente ao uso compartilhado de sala em área restrita no Aeroporto Internacional de Brasília, destinado ao embarque e desembarque de autoridades. Do Tribunal Superior Eleitoral, foram recebidos R\$ 112,07 para pagamento de seguro de viagem ao exterior.

Conforme art. 29 da LDO/2011, foi recebido o valor de R\$ 27.171,00, para pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor.

Entre os créditos concedidos, foi destacado ao Ministério das Relações Exteriores o valor de R\$ 199.855,43 para pagamento da contribuição anual relativa à participação do Brasil na Comissão Europeia para Promoção de Direito através da Democracia - Comissão de Veneza, e mais R\$ 23.143,90 referentes à contratação de intérpretes por ocasião de visitas oficiais dos Senhores Ministros ao Exterior.

Foi concedido destaque de R\$ 18.703,63 ao Conselho da Justiça Federal para ressarcimento de despesas com serviços gráficos prestados.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários do STF

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários do STF

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	86.607.138,38	71.125.401,38	86.469.394,72	71.097.953,19
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	747.833,44	355.823,06	747.833,44	355.823,06
Concorrência	969.904,44	1.532.621,84	969.904,44	1.532.621,84
Pregão	84.889.400,50	69.236.956,48	84.751.656,84	69.209.508,29
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	12.706.383,81	24.562.680,55	12.704.928,17	24.562.680,55
Dispensa	8.207.312,81	20.156.278,06	8.205.857,17	20.156.278,06
Inexigibilidade	4.499.071,00	4.406.402,49	4.499.071,00	4.406.402,49
Regime de Execução Especial	31.600,43	42.356,21	31.600,43	42.356,21
Suprimento de Fundos	31.600,43	42.356,21	31.600,43	42.356,21
Pagamento de Pessoal	300.028.595,44	309.689.482,50	300.028.595,44	309.689.482,50
Pagamento em Folha	298.986.273,08	308.978.157,25	298.986.273,08	308.978.157,25
Diárias	1.042.322,36	711.325,25	1.042.322,36	711.325,25
Outros	7.301.024,93	22.021.051,06	7.301.024,93	22.020.691,35
Totais	406.674.742,99	427.440.971,70	406.535.543,69	427.413.163,80

Fonte: SIAFI

(1) Não foi possível segregar a despesa dos registros de preços, pois no SIAFI não há campo para indicar no Empenho a Modalidade Registro de Preço. Dessa forma, estas informações estão incluídas nos valores relativos ao Pregão.

(2) No campo "Pagamento em Folha" constam os valores referentes às Despesas de Pessoal e aos Auxílios pagos em folha de pagamento.

(3) O Campo "Outros" refere-se a Modalidade Não Aplicável, exceto diárias e folha de pagamento, tais como: Taxas de Imóveis administrados pelo STF, Taxas Bancárias, Contribuições Previdenciárias, Taxa de Iluminação Pública, Ressarcimentos Diversos, Ajuda de Custo, Auxílio Moradia, Capacitação, Assistência Médica e outros.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários do STF

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	293.680.409,32	315.644.560,65	285.516.704,25	309.855.841,95	8.163.705,07	5.788.718,70	285.516.704,25	309.855.841,95
11- Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	151.887.127,22	151.363.118,33	151.788.567,22	151.363.118,33	98.560,00	-	151.788.567,22	151.363.118,33
01- Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	75.318.091,65	73.935.071,58	75.318.091,65	73.935.071,58	-	-	75.318.091,65	73.935.071,58
13- Obrigações Patronais – Op. intra-orçamentária	27.932.281,52	30.537.128,46	27.895.543,52	30.507.128,46	36.738,00	30.000,00	27.895.543,52	30.507.128,46
Demais elementos do grupo	38.542.908,93	59.809.242,28	30.514.501,86	54.050.523,58	8.028.407,07	5.758.718,70	30.514.501,86	54.050.523,58
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N /A	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	136.940.833,86	134.955.663,27	116.751.844,65	112.628.304,02	20.188.989,21	22.327.359,25	116.618.644,15	112.603.000,85
39- Outros serviços de terceiros PJ	110.690.993,64	104.743.445,39	92.798.133,89	89.598.552,30	17.892.859,75	15.144.893,09	92.711.371,03	89.594.784,06
46- Auxílio-alimentação	9.890.784,89	9.775.600,07	9.890.784,89	9.775.600,07	-	-	9.890.784,89	9.775.600,07
93- Indenizações e restituições	5.155.878,77		4.232.537,31		923.341,46		4.232.537,31	
35- Serviços de consultoria	-	5.228.321,06	-	-	-	5.228.321,06	-	-
Demais elementos do grupo	11.203.176,56	15.208.296,75	9.830.388,56	13.254.151,65	1.372.788,00	1.954.145,10	9.783.950,92	13.232.616,72
Totais	430.621.243,18	450.600.223,92	402.268.548,90	422.484.145,97	28.352.694,28	28.116.077,95	402.135.348,40	422.458.842,80

Fonte: SIAFI - Consulta: execução da UG 040001 relativa a UO: 10101

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	19.486.429,75	26.535.493,38	4.406.194,09	4.956.825,73	15.080.235,66	21.578.667,65	4.400.195,29	4.954.321,00
52- Equipamentos e Material Permanente	12.789.817,35	11.268.475,73	1.986.699,41	2.857.927,04	10.803.117,94	8.410.548,69	1.980.700,61	2.855.422,31
39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica-Op. Int.Orç.	3.541.655,83	3.593.689,13	1.345.857,35	669.443,16	2.195.798,48	2.924.245,97	1.345.857,35	669.443,16
51- Obras e Instalações	3.154.956,57	11.673.328,52	1.073.637,33	1.429.455,53	2.081.319,24	10.243.872,99	1.073.637,33	1.429.455,53
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	19.486.429,75	26.535.493,38	4.406.194,09	4.956.825,73	15.080.235,66	21.578.667,65	4.400.195,29	4.954.321,00

Fonte: SIAFI - Consulta: execução da UG 040001 relativa a UO: 10101

Análise Crítica

Na análise da execução orçamentária dos créditos da UO 10101 - no que tange às despesas de pessoal, corrente e capital - observa-se um pequeno decréscimo na execução, comparando-se os gastos dos exercícios de 2010 com os de 2011. Tal circunstância justifica-se pelo fato de a dotação autorizada para o exercício de 2011 ter sido inferior à dotação de 2010 – decréscimo de 2,96 %.

A despesa de pessoal do exercício de 2011 foi inferior à de 2010, pois não houve quantidade significativa de pagamentos relativos a despesas de exercícios anteriores. Em 2010, a execução foi maior em razão da quitação de passivos de pessoal – quintos (conforme decisão judicial transitada em julgado) e Parcela Autônoma de Equivalência.

A cada exercício financeiro a Administração do Supremo Tribunal Federal tem envidado esforços no sentido de estimar - da forma mais adequada possível - os valores a serem inscritos em Restos a Pagar. Assim, em 2011 foi inscrito 8,62 % da dotação autorizada ao passo que em 2010 inscreveu-se 9,58 % da dotação.

Ressalta-se, ainda, que a análise dos valores a serem inscritos tem possibilitado uma melhora nos índices de execução dos restos a pagar.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo STF por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	355.737,09	724.903,58	355.737,09	724.903,58
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	46.111,34	-	46.111,34	-
Pregão	309.625,75	724.903,58	309.625,75	724.903,58
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	138.076,75	38.421,10	138.076,75	38.421,10
Dispensa	118.497,02	-	118.497,02	-
Inexigibilidade	19.579,73	38.421,10	19.579,73	38.421,10
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outras	131.512,25	98.883,26	131.512,25	98.883,26
Totais	625.326,09	862.207,94	625.326,09	862.207,94

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	635.760,89	1.137.505,69	625.326,09	862.207,94	10.434,80	275.297,75	625.326,09	862.207,94
39 - Outros serviços de terceiros – PJ	607.287,32	1.137.505,69	596.852,52	862.207,94	10.434,80	275.297,75	596.852,52	862.207,94
91 - Sentenças Judiciais	27.170,02	-	27.170,02	-	-	-	27.170,02	-
30 - Material de consumo	1.303,55	-	1.303,55	-	-	-	1.303,55	-
Totais	635.760,89	1.137.505,69	625.326,09	862.207,94	10.434,80	275.297,75	625.326,09	862.207,94

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
N / A	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

O Supremo Tribunal Federal recebeu créditos no montante de R\$ 635.873,94, oriundos das Unidades Orçamentárias 14101 – Tribunal Superior Eleitoral, 15101 – Tribunal Superior do Trabalho, 17101 – Conselho Nacional de Justiça e 71103 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tais créditos destinaram-se à execução de despesas correntes, conforme discriminado a seguir:

- Conselho Nacional de Justiça: recebido R\$ 493.813,84 para fazer face ao reembolso de despesas com a utilização de materiais e serviços disponibilizados pelo Tribunal. A utilização desses serviços pelo Conselho Nacional de Justiça está regulamentada conforme Protocolo de Cooperação Técnica;

- Tribunal Superior do Trabalho: recebido R\$ 114.777,03 para custear o uso compartilhado de sala em área restrita no Aeroporto Internacional de Brasília, destinada ao apoio de embarque e desembarque de autoridades, conforme Termo de Compromisso;

- Ministério de Planejamento e Orçamento: repassou R\$ 27.171,00 para atender ao pagamento de Requisição de Pequeno Valor referente à Ação Rescisória nº 1358, processo administrativo 344.331;

- Tribunal Superior Eleitoral: recebidos R\$ 112,07 para atender ao pagamento de seguro viagem.

Os créditos recebidos foram executados praticamente em sua totalidade.

Não foram recebidos créditos para despesas com investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida.

Não houve alteração significativa ocorrida no exercício ou contingenciamento que afetasse a execução orçamentária dessas despesas.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Os indicadores a seguir constituem parâmetros de quantificação e avaliação do desempenho dos processos de trabalho. Sua medição tem por finalidade conferir transparência às atividades do Tribunal e possibilitar a identificação de oportunidades de melhoria do desempenho futuro.

A partir de avaliação crítica do desempenho informado em 2010, os indicadores foram aprimorados em termos de utilidade e mensurabilidade, de forma a evidenciar aspectos relacionados à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das ações desempenhadas pela Corte.

2.4.3.1 Índice de Recorribilidade Interna (IRI)

Descrição: Demonstra a quantidade de recursos internos interpostos das decisões do STF no ano base

Tipo: Eficácia

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Não há, tendo em vista que a interposição de recursos é exercida pela parte interessada.

Fórmula:

$$\text{IRI} = \frac{\text{Nº de recursos internos interpostos das decisões do STF no ano base}}{\text{Total de decisões proferidas pelo STF no ano base}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

$$\text{IRI} = \frac{13.933}{102.169} \times 100 = 13,63\%$$

Utilidade: Subsidiar a tomada de decisão quanto à adoção de medidas voltadas à redução da recorribilidade – como a propositura de alterações regimentais e mesmo legislativas –, à solução de questões processuais que possam levar a episódios de multiplicação de recursos, e quanto à alocação de recursos materiais e humanos às atividades relacionadas ao processamento e julgamento dos recursos internos.

Mensurabilidade: O indicador é auditável, pois permite a órgãos externos e à sociedade a conferência e ratificação de seus dados. Trata-se também de um indicador econômico, pois todas as variáveis que o compõem são facilmente obtidas por meio do Portal de Informações Gerenciais do STF. O cálculo não é complexo e pode ser realizado por terceiros de maneira simples.

2.4.3.2 Índice de Atendimento à Demanda (IAD)

Descrição: Apresenta o percentual de processos baixados no período em relação ao total de processos recebidos no período.

Tipo: Eficiência

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Manter o índice de 105% de atendimento à demanda até 2015

Fórmula:

$$\text{IAD} = \frac{\text{Nº de processos baixados}}{\text{Total de processos recebidos}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

$$\text{IAD} = \frac{86.237}{63.427} \times 100 = 136\%$$

Utilidade: Demonstrar a capacidade de atendimento à demanda pelo Tribunal do ponto de vista quantitativo. Sua medição e análise são úteis para que o Tribunal verifique se a relação entre o esforço empreendido e a demanda apresentada está, no mínimo, equilibrada, e para que, caso a demanda volte a superar a capacidade de julgamento, como ocorreu na primeira metade da década de 2000, essa verificação se dê rapidamente e possam, assim, ser identificadas as causas e propostas medidas de contingência. A meta imposta somente poderá superar 100% se o Índice de congestionamento for maior que 0.

Mensurabilidade: O indicador é auditável, pois permite a órgãos externos e à sociedade a conferência e ratificação de seus dados. Trata-se também de um indicador econômico, pois todas as variáveis que o compõem são facilmente obtidas por meio do Portal de Informações Gerenciais do STF. O cálculo não é complexo e pode ser realizado por terceiros de maneira simples.

2.4.3.3 Índice de Congestionamento (IC)

Descrição: Mede a produtividade do Tribunal em relação à carga de trabalho total, que compreende não só os processos recebidos, mas também aqueles que tramitavam no início do período (acervo inicial).

Tipo: Eficiência

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Atingir índice de congestionamento de 30% até 2015

Fórmula:

$$IC = 1 - \frac{\text{Nº de processos baixados}}{\text{Acervo inicial} + \text{Processos recebidos}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

$$IC = 1 - \frac{86.237}{67.395 + 63.427} \times 100 = 34,1\%$$

Utilidade: Demonstrar se a atuação do Tribunal é capaz não somente de atender à demanda, mas também de reduzir o passivo acumulado ao longo dos anos. Esse indicador complementa o Índice de Atendimento à Demanda porque não avalia o desempenho do Tribunal somente em relação à demanda apresentada, mas em relação à carga de trabalho total do período. Além disso, presume a existência de um passivo – que é produto da incapacidade do Tribunal de, em exercícios anteriores, atender plenamente a demanda – que se deseja reduzir ou eliminar.

Mensurabilidade: O indicador é auditável, pois permite a órgãos externos e à sociedade a conferência e ratificação de seus dados. Trata-se também de um indicador econômico, pois todas as variáveis que o compõem são facilmente obtidas por meio do Portal de Informações Gerenciais do STF. O cálculo não é complexo e pode ser realizado por terceiros de maneira simples.

2.4.3.4 Índice de impacto da Repercussão Geral (IRG)

Descrição: Demonstra o impacto médio produzido pelas decisões definitivas de repercussão geral em relação aos processos sobrestados na origem em razão do art. 543-B, § 1º, do CPC.

Tipo: Eficiência

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Não há, pois o instituto da repercussão geral ainda não foi completamente implementado (haja vista o número de decisões de devolução proferidas pelo STF) e a coleta dos dados ainda carece de sistematização pelos tribunais.

Fórmula:

$$IRG = \frac{\text{Quantidade de processos impactados nos Tribunais de origem pela Repercussão Geral}}{\text{Total de decisões definitivas de Repercussão Geral proferidas pelo STF no período}}$$

Resultado para o ano base 2011:

$$IRG = \frac{98.796}{77} = 1.283$$

Utilidade: Calcular o impacto gerado pelos julgamentos da Repercussão Geral e auxiliar, dessa forma, a tomada de decisões em relação ao gerenciamento da pauta de julgamentos, através da identificação e priorização das demandas, promovendo maior eficiência na atividade jurisdicional.

Mensurabilidade: Das duas variáveis que compõem o indicador, uma é produzida pelo STF e outra pelos Tribunais que encaminham recursos ao STF. Assim, tem-se que a mensurabilidade do indicador decorre diretamente da capacidade de coleta e sistematização dos dados pelos Tribunais de origem. Embora diversos Tribunais ainda não possuam essa capacidade, verificou-se que os dados levantados junto a um número restrito de Tribunais são representativos e fornecem um panorama positivo quanto ao impacto dos julgamentos, ainda que parcial.

2.4.3.5 Índice de eficiência da Repercussão Geral (IERG)

Descrição: Demonstra a relação entre os processos impactados por decisões definitivas de repercussão geral em relação à quantidade de processos devolvidos à origem pelo STF para aplicação do art. 543-B, § 1º, do CPC.

Tipo: Eficiência

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Atingir o índice de 200% na relação impactados/devolvidos.

Fórmula:

$$\text{IERG} = \frac{\text{Quantidade de processos impactados nos Tribunais de origem pela Repercussão Geral}}{\text{Número de processos devolvidos pelo STF para aplicação do art. 543-B, § 1º, do CPC}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

$$\text{IERG} = \frac{98.796}{29.374} \times 100 = 336,33\%$$

Utilidade: Demonstrar se a adoção do instituto tem tornado mais eficiente o gerenciamento de recursos múltiplos.

Mensurabilidade: Das duas variáveis que compõem o indicador, uma é produzida pelo STF e outra pelos Tribunais que encaminham recursos ao STF. Assim, tem-se que a mensurabilidade do indicador decorre diretamente da capacidade de coleta e sistematização dos dados pelos Tribunais de origem. Embora diversos Tribunais ainda não possuam essa capacidade, verificou-se que os dados levantados junto a um número restrito de Tribunais são representativos e fornecem um panorama positivo quanto ao impacto dos julgamentos, ainda que parcial.

2.4.3.6 Índice de julgamentos de controle concentrado de constitucionalidade (IJC)

Descrição: Mede a relação entre o número de julgamentos em classes de controle concentrado de constitucionalidade realizados pelo Plenário e o total de julgamentos proferidos pelo Plenário.

Tipo: Eficácia

Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

Periodicidade: Anual

Meta: Alcançar o índice de 10% de julgamentos em sede de controle concentrado de constitucionalidade até 2015.

Fórmula:

$$\text{IJC} = \frac{\text{Número de julgamentos em classes de controle concentrado de constitucionalidade ocorridos no Plenário}}{\text{Total de decisões do Plenário, excluídos os recursos internos em classes recursais levados pelo Presidente}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

$$\text{IJC} = \frac{115}{1.010} \times 100 = 11,39\%$$

Utilidade: Demonstrar a participação dos julgamentos em classes de controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC, ADO, ADPF) na produtividade total do Plenário. O julgamento dessas classes processuais é função exclusiva do STF e seus julgamentos possuem eficácia sobre toda a sociedade, constituindo importantes mecanismos de preservação da segurança jurídica do País.

Mensurabilidade: O indicador é auditável, pois permite a órgãos externos e à sociedade a conferência e ratificação de seus dados. Trata-se também de um indicador econômico, pois todas as variáveis que o compõem são facilmente obtidas por meio do Portal de Informações Gerenciais do STF. O cálculo não é complexo e pode ser realizado por terceiros de maneira simples.

2.4.3.7 Índice de Eficiência dos Procedimentos de Contratação (TM)

Descrição: Mede o tempo médio entre a autuação do processo administrativo que instrui a licitação e a sua adjudicação, para cada uma das classes de objeto licitado (aquisição de bens patrimoniados, aquisição de bens de consumo, contratação de serviços de engenharia e obras, contratação de serviços diversos, contratação de serviços de mão-de-obra residente e contratação de treinamentos) em pregões eletrônicos.

Tipo: Eficiência

Responsável: Secretaria de Administração e Finanças

Periodicidade: Anual

Meta: Reduzir o índice aferido em 5% ao ano.

Fórmula:

$$TM = \frac{\text{Soma do nº de dias entre a autuação e a adjudicação de cada licitação}}{\text{Total de licitações no período}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

Classes de objeto Licitados - 2011	Qtd.	Tempo Médio (em dias) - TM
Bens de consumo	43	143,86
Bens patrimoniados	28	166,00
Serviços de engenharia e obras	10	147,60
Serviços diversos	53	131,87
Serviços de mão-de-obra residente	0	-
Treinamentos	3	99,00
Total e Média Geral	137	143,04

Utilidade: Analisar o tempo médio de realização dos procedimentos licitatórios no âmbito do STF, identificando possibilidade de melhoria nos processos relacionados e permitindo um planejamento mais preciso da execução orçamentária anual.

Mensurabilidade: Baixa complexidade de cálculo, auditável e baixo custo de mensuração, dependendo da combinação de informações existentes no sistema de acompanhamento de processo administrativo e no sistema de controle de informações sobre licitações.

2.4.3.8 Índice de Concentração da Execução Orçamentária (EO)

Descrição: Mede o grau de concentração da execução orçamentária nos três primeiros trimestres do ano (excluídas as despesas com pessoal e contingenciamentos) em relação ao total da execução orçamentária do período.

Tipo: Eficiência

Responsável: Secretaria de Administração e Finanças

Periodicidade: Anual

Meta: Executar, até o final do mês de setembro, pelo menos 60% do orçamento anual, excluídas as despesas com pessoal e contingenciamento.

Fórmula:

$$EO = \frac{\text{Orçamento executado até 30/9 do ano base, exclu\idas as despesas de pessoal e contingenciamento}}{\text{Total do orçamento executado no per\odo}} \times 100$$

Resultado para o ano base 2011:

MÊS	ORÇAMENTO GERAL (EXCLUÍDO O ORÇAMENTO DE PESSOAL)			
	EMPENHO LIQUIDADO	% EXECUÇÃO MENSAL	EMPENHO LIQUIDADO ACUMULADO	% EXECUÇÃO MENSAL ACUMULADO
JANEIRO	1.367.353,01	0,87%	1.367.353,01	0,87%
FEVEREIRO	6.871.837,49	4,38%	8.239.190,50	5,25%
MARÇO	10.546.997,82	6,72%	18.786.188,32	11,96%
ABRIL	10.180.930,14	6,48%	28.967.118,46	18,44%
MAIO	12.401.977,77	7,90%	41.369.096,23	26,34%
JUNHO	10.132.855,28	6,45%	51.501.951,51	32,79%
JULHO	12.010.862,21	7,65%	63.512.813,72	40,44%
AGOSTO	10.199.288,43	6,49%	73.712.102,15	46,93%
SETEMBRO	10.274.361,80	6,54%	83.986.463,95	53,47%
OUTUBRO	12.944.182,18	8,24%	96.930.646,13	61,71%
NOVEMBRO	12.182.043,88	7,76%	109.112.690,01	69,47%
DEZEMBRO	47.950.334,49	30,53%	157.063.024,50	100,00%
TOTAL	157.063.024,50	100,00%		

Utilidade: Demonstrar a concentração da execução orçamentária no STF para que possam ser identificados períodos de maior e menor liquidação de despesas e para que o planejamento possa ser aprimorado de forma a evitar o acúmulo de execução no último trimestre do ano.

Mensurabilidade: Baixa complexidade de cálculo, auditável e baixo custo de mensuração.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

O saldo da conta 2.1.2.1.11.00, que representa o lançamento dos valores relativos ao Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, permaneceu zerado durante todo o exercício de 2010. Assim, esta Unidade Jurisdicional não apresenta Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	203,00	-	203,00	-
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	49.970.043,35	9.472.475,10	40.407.299,09	90.269,16
2009	453.020,90	434.058,26	18.962,64	-
2008	246.102,91	246.102,91	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI – Consulta por Unidade Gestora: 040001

O Saldo a Pagar refere-se aos Restos a Pagar Não Processados “a liquidar” e “liquidados a pagar”.

Análise Crítica

O Supremo Tribunal Federal adota, como estratégia de pagamento dos Restos a Pagar, o acompanhamento dos valores inscritos e sua execução mensal, mediante elaboração de planilhas que são encaminhadas às Secretarias demandantes dos serviços/aquisições para que seja verificado o andamento das liquidações dessas despesas.

Os saldos de empenhos reinscritos foram decorrentes da publicação do Decreto nº 7.418/2010, que concedeu prazo até 30/04/2011 para liquidação das respectivas despesas.

Dos valores reinscritos (Notas de Empenhos de 2008/2009), 79,57% referiam-se a despesas de pessoal. Tal reinscrição foi efetuada em virtude da tramitação do Processo Administrativo nº 322.285 que dispunha sobre o fator de divisão no cálculo do adicional de serviço extraordinário. Em setembro de 2011 o processo foi julgado, alterando-se o fator divisor, o que acarretou aumento de 5% no valor pago pela hora extra. A alteração, contudo, não teve efeitos retroativos, por esta razão não houve liquidação das Notas de Empenho reinscritas.

Não ocorreram eventos negativos que prejudicassem a execução da gestão dos Restos a Pagar no exercício de 2011.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.221	1.187	25	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	11	11	2	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.210	1.176	23	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.135	1.101		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	1	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	72	72	22	9
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	1.221	1.187	25	10

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.2 Situações que reduzem a Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	69
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	28
1.2. Exercício de Função de Confiança	41
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	4
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	287
4.1. Doença em pessoa da família	245
4.2. Capacitação	42
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	14
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	13
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	374

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.3 Estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	157	149	109	86
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	157	149	43	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		77	48	52
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		44	14	5
1.2.4. Sem vínculo		24	4	3
1.2.5. Aposentados		4		
2. Funções gratificadas	421	412	208	187
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	421	384	200	183
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		28	8	4
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	578	561	317	273

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.4 Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	231	438	281	133	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos			1	4	6
1.2. Servidores de Carreira	231	438	280	129	23
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	96	245	165	52	6
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	24	69	40	14	3
2.3. Funções gratificadas	72	176	125	38	3
3. Totais (1+2)	327	683	446	185	35

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.1.5 Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	213	255	591	44	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos						2	2	2	5
1.2. Servidores de Carreira					213	253	589	42	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	151	112	284	13	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						95	51	3	-
2.3. Funções gratificadas					151	17	233	10	1
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	364	367	875	57	10

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	226	9
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	37	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		-
2.1 Voluntária	61	-
2.2 Compulsória	5	-
2.3 Invalidez Permanente	9	2
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	338	12

Fonte: Seção de Aposentadorias e Pensões/CAPE/SRH

5.2.2 Pensionistas

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1 Integral	125	6
1.2 Proporcional	9	-
2. Em Atividade	31	-
3. Total (1+2)	165	6

Fonte: Seção de Aposentadorias e Pensões/CAPE/SRH

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	258	272	276	275	2.313.924,32
• Área Fim	181	195	203	200	1.655.215,55
• Área Meio	77	77	73	75	658.708,77
2. Nível Médio	32	44	45	39	230.854,03
• Área Fim	23	30	29	25	154.149,36
• Área Meio	9	14	16	14	76.704,66
3. Total (1+2)	290	316	321	314	2.544.778,35

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Em R\$ 1,00

Ano	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos - Juiz e Ministro										
2009	2.834.983,30	0,00	243.213,05	177.886,94	612.077,14	260.371,12	0,00	12.520,03	0,00	4.141.051,58
2010	3.583.527,26	0,00	299.040,10	209.205,64	854.555,13	268.387,36	0,00	1.520.842,17	0,00	6.735.557,66
2011	3.878.624,45	0,00	305.408,01	243.036,44	166.015,68	343.059,01	0,00	0,00	0,00	4.936.143,59
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2009	90.567.037,04	13.324.093,90	8.856.800,31	9.432.747,09	1.068.618,79	1.031.137,55	9.002.030,33	1.316.419,82	0,00	134.598.884,83
2010	95.916.593,58	13.945.614,58	9.421.409,74	9.062.997,95	1.362.672,45	1.049.690,25	10.034.399,46	17.491.318,36	0,00	158.284.696,37
2011	100.906.944,41	14.348.427,23	9.656.441,63	7.884.380,18	10.390.474,87	1.296.801,56	229.366,68	88.245,94	0,00	144.801.082,50
Servidores com Contratos Temporários										
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2009	8.104.666,83	456.847,89	737.869,11	602.153,94	0,00	99.843,07	640.718,69	198.187,89	0,00	10.840.287,42
2010	8.509.694,09	145.080,46	747.328,81	462.436,37	0,00	84.723,69	700.110,43	1.649.569,98	0,00	12.298.943,83
2011	8.902.511,32	19.313,95	741.632,51	236.912,31	739.694,70	115.745,00	73,25	1.648,31	0,00	10.757.531,35
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior - CJ										
2009	3.457,57	7.538.737,15	676.155,09	849.123,08	0,00	42.855,16	631.289,77	0,00	0,00	9.741.617,82
2010	5.332,78	7.256.828,61	648.597,90	746.246,15	0,00	37.113,75	720.785,90	0,00	0,00	9.414.905,09
2011	0,00	6.887.139,13	570.650,36	576.785,97	773.396,82	30.535,99	7.562,00	0,00	0,00	8.846.070,27
Servidores ocupantes de Funções gratificadas - FC										
2009	3.457,57	582.891,15	381.120,37	616.295,16	0,00	29.247,29	376.574,05	0,00	0,00	1.989.585,59
2010	5.332,78	701.654,64	359.861,00	471.383,79	0,00	22.247,05	439.316,69	0,00	0,00	1.999.795,95
2011	0,00	778.914,08	71.670,53	115.857,48	198.998,50	10.167,01	5.480,07	0,00	0,00	1.181.087,67

Fonte: CPAG/SRH

Observações:**1. Membros de poder e agentes políticos:**

- Além dos Ministros do STF, foram considerados os Juízes Auxiliares e Juízes Instrutores.
- As Gratificações (i), Adicionais (ii) e Indenizações (iii) referem-se, respectivamente, a (i) gratificação natalina, (ii) 1/3 de férias e (iii) auxílio-moradia, ajuda de custo e abono de permanência.

2. Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão:

- Dentro desse grupo foram incluídos os recursos referentes aos servidores afastados para acompanhar o cônjuge e aqueles que tomaram posse em outro cargo inacumulável.

3. Servidores cedidos com ônus ou em licença: Nesse grupo foram incluídos os recursos referentes a todos os servidores cedidos pelo Tribunal, aos afastados para exercício provisório em outros órgãos, aos afastados para exercício provisório devolvidos no exercício de 2011 e aos redistribuídos.**4. Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior:** Incluídos os recursos referentes aos: requisitados, requisitados devolvidos no exercício de 2011, sem vínculo efetivo e sem vínculo exonerados no exercício de 2011.**5. Servidores ocupantes de funções gratificadas:** Incluídos os recursos referentes aos requisitados e requisitados devolvidos no exercício de 2011.**6. Gerais:**

- Nos anos de 2009 e 2010, a rubrica adicional por tempo de serviço constou na coluna adicionais.
- No ano de 2011, a rubrica adicional por tempo de serviço consta na coluna vencimentos e vantagens fixas.
- No ano de 2011, houve incremento da coluna despesas de exercícios anteriores.
- As rubricas exercícios anteriores compõem: indenizações diversas, exercícios anteriores, exercícios anteriores, exercícios anteriores-V.P.I. Ativo, exercícios anteriores - quint/dec/VPNI ativo, juros URV exercícios anteriores ativo; exercícios anteriores (AQ. Título).

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELO STF

5.5.1 Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos

Não há ocorrência de servidores terceirizados exercendo atividades do plano de cargos do STF no período em análise.

5.5.2 Empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Não houve substituição de terceirizados por servidores, em decorrência de concurso público ou de provimento adicional, no período em análise.

5.5.3 Autorizações para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Não houve autorização para realização de concurso público para substituição de terceirizados nos anos de 2009, 2010 e 2011.

5.5.4 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL													
UG/Gestão: 040001							CNPJ: 00.531.640/0001-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	004/2006	00.332.833/0008-26	6/2/2006	4/4/2011	374	317	4	4	-	-	E
2008	V	O	060/2008	08.388.911/0001-40	13/10/2008	12/10/2012	-	-	8	4	-	-	P
2009	V	O	061/2009	47.190.129/0001-73	10/9/2009	9/9/2012	-	-	24	24	-	-	P
2009	V	O	072/2009	37.162.435/0006-57	3/11/2009	13/6/2011	-	-	166	191	-	-	E
2010	V	O	004/2010	04.248.842/0001-18	1/3/2010	28/2/2011	-	-	85	89	-	-	E
2011	V	O	002/2011	10.956.539/0001-72	5/4/2011	4/4/2012	48	48	2	2	-	-	A
2011	V	O	008/2011	37.162.435/0006-57	1/3/2011	29/2/2012	-	-	292	292	-	-	A
2011	L	O	023/2011	36.529.998/0001-63	5/4/2011	4/4/2012	221	221	-	-	-	-	A
Observação:													

Fonte: SIAC e dados extraídos da Seção de Contratos.

5.5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL													
UG/Gestão:							CNPJ: 00.531.640/0001-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	005/2006	24.935.454/0001-12	6/2/2006	24/7/2011	13	11	1	0	-	-	E
2008	2	O	020/2008	24.784.167/0002-30	14/5/2008	13/5/2011	10	10	-	-	-	-	E
2008	7	O	023/2008	02.843.359/0001-56	29/5/2008	28/5/2011	6	6	-	-	-	-	E
2009	1	O	022/2009	73.834.483/0001-01	18/5/2009	17/5/2012	-	-	8	9	-	-	P
2009	1	O	054/2009	73.834.483/0001-01	27/8/2009	7/9/2012	-	-	12	9	17	14	P
2009	7	O	069/2009	37.162.435/0006-57	15/10/2009	14/10/2012	39	33	-	-	-	-	P
2009	7	O	076/2009	00.080.287/0001-07	14/10/2009	13/10/2011	-	-	50	58	-	-	E
2009	1	O	093/2009	00.080.287/0001-07	1/12/2009	30/11/2011	-	-	10	10	-	-	E
2009	5	O	100/2009	00.332.833/0008-26	1/12/2009	30/11/2012	28	28	4	4	-	-	P
2009	1	O	101/2009	73.834.483/0001-01	5/1/2010	4/1/2012	-	-	213	244	-	-	P
2009	1	O	102/2009	73.834.483/0001-01	5/1/2010	4/1/2012	-	-	-	-	74	75	P
2009	1	O	119/2009	04.248.842/0001-18	4/1/2010	3/1/2011	-	-	6	6	6	6	E
2010	1	O	002/2010	04.248.842/0001-18	17/2/2010	1/1/2011	-	-	16	16	-	-	E
2010	1	O	005/2010	07.180.286/0001-83	1/3/2010	28/2/2011	15	15	-	-	-	-	E
2010	1	O	006/2010	00.080.287/0001-07	1/3/2010	12/12/2011	-	-	24	24	-	-	E
2010	4	O	023/2010	10.462.672/0001-72	1/6/2010	24/4/2011	10	10	1	1	-	-	E
2010	1	O	024/2010	00.080.287/0001-07	2/7/2010	12/12/2011	-	-	14	13	-	-	E
2010	1	O	043/2010	00.991.219/0001-08	30/8/2010	27/11/2011	-	-	5	5	-	-	E
2010	1	O	048/2010	00.080.287/0001-07	3/9/2010	2/9/2011	-	-	14	14	5	5	E
2010	1	O	050/2010	36.770.857/0001-38	8/9/2010	7/9/2012	-	-	8	8	-	-	P
2010	1	O	071/2010	73.834.483/0001-01	1/1/2011	31/12/2012	-	-	17	18	-	-	P
2010	1	O	076/2010	00.643.692/0001-96	29/11/2010	29/11/2012	5	5	-	-	-	-	P
2010	1	O	100/2010	04.248.842/0001-18	4/1/2011	3/1/2012	-	-	6	6	6	7	P

2010	1	O	106/2010	73.834.483/0001-01	30/12/2010	29/12/2012	-	13	-	-	-	-	P
2011	1	O	001/2011	08.247.555/0001-44	3/3/2011	2/3/2012	2	2	9	9	1	1	A
2011	1	O	010/2011	73.834.483/0001-01	1/3/2011	29/2/2012	16	16	-	-	-	-	A
2011	7	O	013/2011	01.030.016/0001-00	13/5/2011	12/5/2012	9	9	-	-	-	-	A
2011	7	O	026/2011	01.030.016/0001-00	25/4/2011	24/4/2012	11	11	-	-	-	-	A
2011	2	O	030/2011	07.157.877/0001-30	5/4/2011	4/4/2012	25	25	-	-	-	-	A
2011	1	E	065/2011	00.332.833/0001-50	5/9/2011	4/9/2012	-	-	19	19	-	-	A
2011	7	O	075/2011	02.843.359/0001-56	15/10/2011	14/10/2012	58	58	-	-	-	-	A
2011	7	O	079/2011	79.887.424/0001-93	21/11/2011	20/11/2012	-	-	8	8	-	-	A
2011	7	O	081/2011	00.332.833/0001-50	1/12/2011	30/11/2012	-	-	12	12	-	-	A
2011	1	O	083/2011	38.036.000/0001-14	1/12/2011	30/11/2012	-	-	24	24	-	-	A
2011	1	O	088/2011	05.208.408/0001-77	1/12/2011	30/11/2012	-	-	12	12	-	-	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:SIAC e dados extraídos da Seção de Contratos.

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

No exercício de 2011, com o objetivo de aferir o alcance das ações desenvolvidas pela Secretaria de Recursos Humanos, especialmente na área de capacitação, foram adotados os seguintes indicadores gerenciais.

5.6.1 Índice de horas de treinamento

Meta: promover, a cada ano, 30 horas de treinamento, em média, por servidor.

Fórmula:

$$\frac{\text{Horas de treinamento}}{\text{Número de servidores em exercício no STF}} = \frac{34.975}{1.143}$$

Resultado: O STF promoveu, em média, **30,6** horas de treinamento por servidor.

OBS: Da lotação efetiva, foram excluídos os servidores cedidos, em licença e os afastados.

5.6.2 Índice de horas de treinamento por unidade

Meta: garantir, a cada ano, em média, 15 horas de treinamento por servidor de cada Secretaria.

Fórmula:

$$\frac{\text{Horas de treinamento por Secretaria}}{\text{Número de servidores em exercício no STF}}$$

Resultado: Em 2011, a maioria das Secretarias atingiu o índice mínimo de 15 horas, restando apenas duas que atingiram médias de 12,9 e 14,2 horas.

OBS: Da lotação efetiva, foram excluídos os servidores cedidos, em licença e os afastados.

5.5.3 Índice de servidor treinado

Meta: garantir, a cada ano, a participação de 50% dos servidores do STF em eventos de capacitação.

Fórmula:

$$\frac{\text{Servidores treinados}}{\text{Número de servidores em exercício no STF}} \times 100 = \frac{812}{1.143} \times 100$$

Resultado: Durante o ano de 2011, 71% dos servidores do STF foram treinados em um ou mais eventos.

OBS: Da lotação efetiva, foram excluídos os servidores cedidos, em licença e os afastados.

5.5.4 Índice de capacitação anual por instrutoria interna

Meta: realizar, a cada ano, no mínimo 15% dos eventos internos por instrutoria interna.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de eventos internos por instrutoria interna}}{\text{Total de eventos internos}} \times 100 = \frac{12}{34} \times 100$$

Resultado: Em 2011, 35% dos eventos internos do STF foram realizados por instrutoria interna.

5.5.5 Número de ações de qualidade de vida para servidores

Meta: desenvolver pelo menos 2 ações anuais de qualidade de vida para servidores.

Fórmula: Nº de ações de qualidade de vida realizadas no ano.

Resultado: Em 2011, foram realizadas **19** ações de qualidade de vida para servidores.

6. TRANSFERÊNCIAS

O Supremo Tribunal Federal não firmou, em 2011, nenhum instrumento com as características e as exigências previstas neste item.

7. DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS

Eu, Washington Luiz Ribeiro da Silva, CPF nº 097.828.001-63, Secretário de Administração e Finanças, exercido no Supremo Tribunal Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, de março de 2012.

Washington Luiz Ribeiro da Silva
Secretário de Administração e Finanças
CPF nº 097.828.001-63

8. ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	2	1	9
	Entregaram a DBR	2	1	9
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	26	12	461
	Entregaram a DBR	26	12	461
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Seção de Cadastro/CAPE/SRH

Análise Crítica

No exercício de 2011, todas as autoridades e servidores do STF cumpriram a obrigação prevista na Lei nº 8.429/92, regulamentada pela Lei nº 8.730/93 e pela IN nº 67/2011/TCU, entregando a Declaração de Bens e Rendas ou permitindo o acesso eletrônico junto à Receita Federal.

A unidade responsável pelo recebimento dos documentos é a Central de Atendimento ao Servidor, vinculada ao Gabinete da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal. No ano em referência, cerca de 90% dos servidores optaram pela permissão do acesso eletrônico e o restante entregou a declaração na forma impressa. Quanto ao gerenciamento desses dados, o Supremo Tribunal Federal não dispõe de sistema informatizado, até porque com a adesão da maioria dos servidores em permitir o acesso eletrônico, resultou simplificada a referida tarefa.

O conteúdo declarado é de exclusiva responsabilidade dos servidores, inexistindo no Tribunal análise de possíveis incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. Tanto os formulários de autorização do acesso eletrônico quanto as declarações entregues na forma impressa foram guardados em arquivos físicos na Secretaria de Recursos Humanos.

9. CONTROLE INTERNO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos de competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: As questões foram analisadas pelas áreas estratégicas do Tribunal envolvidas com a gestão.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	

6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:			X		
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

11.1.1 Bens de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	2	2
	Distrito Federal	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	N/A	N/A	N/A
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUNET

11.1.2 Bens Locados de Terceiros

O Supremo Tribunal Federal não possui bens imóveis locados de terceiros.

11.2.3 Bens de propriedade da União sob responsabilidade do STF

UG ¹	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício ³	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado ²	Imóvel	Instalações
040001	9701.22203.500-7	13	3	-	04/10/2011	R\$ 56.544.425,17	3.793.536,22	
040001	9701.22441.500-1	13	2	-	04/10/2011	R\$ 123.470.082,63		
170021	9701.16338.500-0	13	2	-	-	R\$ 929.000,00		
170021	9701.27218.500-2	13	3	-	-	R\$ 138.000,00		
170021	9701.27216.500-1	13	2	-	-	R\$ 674.000,00		
170021	9701.18709.500-2	13	2	-	-	R\$ 531.000,00		
170021	9701.18710.500-8	13	3	-	-	R\$ 527.000,00		
170021	9701.18210.500-0	13	2	-	-	R\$ 948.000,00		
170021	9701.04810.500-9	13	2	-	-	R\$ 948.000,00		
170021	9701.18707.500-1	13	3	-	-	R\$ 952.000,00		
170021	9701.16424.500-8	13	3	-	-	R\$ 472.000,00		
170021	9701.18538.500-3	13	2	-	-	R\$ 963.000,00		
Total							3.793.536,22	

Fonte:

¹ Os bens cadastrados na UG 170021 (Superintendência do Patrimônio da União/DF) referem-se aos imóveis funcionais.

² Os imóveis funcionais estão avaliados pela Pauta de Valores Imobiliários de 2010, utilizada no cálculo do IPTU, conforme informações da SPU/DF.

³ Da despesa total com manutenção dos imóveis e das instalações, R\$ 1.492.993,57 referem-se às aquisições de materiais de consumo para a manutenção dos bens imóveis e das instalações e R\$ 2.300.542,65 referem-se aos gastos com serviços para a conservação e manutenção dos imóveis.

Análise Crítica

Na gestão dos bens imóveis do Supremo Tribunal Federal, exercício de 2011, merece destaque a atualização de valor dos bens imóveis. Esta atualização foi realizada em 04/10/2011, com a colaboração da Secretaria de Patrimônio da União que nos forneceu dados relativos ao C.U.B. e valor do metro quadrado.

Tal atualização tem validade até 04/10/2013 e representou um acréscimo patrimonial de:

a) R\$ 24.672.403,46, para o imóvel de RIP: 9701.22203.500-7; e

b) R\$ 32.869.409,55, para o imóvel de RIP: 9701.22441.500-1.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	128 servidores e 8 terceirizados (secretárias, recepcionistas e mensageira)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	25%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X

15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				☒	X
Considerações Gerais: Os quesitos foram avaliados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Secretaria do Tribunal.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. CARTÕES DO GOVERNO FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal não realizou despesas mediante a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

O Supremo Tribunal Federal, como órgão constitucionalmente instituído, prestador de serviços jurisdicionais, não é ente arrecadador de impostos e contribuições.

15. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 013.159 TC 013.159/2006- 0/2006-0	2473/2011 – Segunda Câmara (19/04/2011)			29922-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
(9.4.1) Determinar ao Supremo Tribunal Federal que dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, convocando-os para, também no prazo de 15 (quinze) dias, optar por retornarem à atividade, apresentar comprovação de pagamento das contribuições previdenciárias devidas (mediante certidão de competência do INSS) ou, ainda, no caso do interessado de que trata o ato de fls. 8/13, permanecer inativado com a correta proporcionalização de seus proventos.					

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	
Síntese da providência adotada:	
Processo 345.123/2011. O ex-servidor José Carlos Silvestre faleceu em 14/10/2006. Encaminhado Ofício n. 314/SRH para o ex-servidor Euclides Braz. Encaminhado Ofício n. 315/SRH para o ex-servidor Bento Alves de Melo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 013.159/2006-0	2473/2011 – Segunda Câmara (19/04/2011)			29922-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
(9.4.2) Determinar ao Supremo Tribunal Federal que alerte os servidores de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Síntese da providência adotada:					
Processo 345.123/2011. Os ex-servidores foram cientificados por meio dos Ofícios acima citados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 013.159/2006-0	2473/2011 – Segunda Câmara (19/04/2011)			29922-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					

Descrição da Deliberação:	
(9.4.3) Determinar ao Supremo Tribunal Federal que faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	
Síntese da providência adotada:	
Processo 345.123/2011 O ex-servidor Euclides Braz protocolou Embargos Declaratórios, com efeito suspensivo, em 31/5/2011 – Certidão nº 3/2011. O ex-servidor Bento Alves de Melo interpôs Pedido de Reexame, com efeito suspensivo, em 6/7/2011 – Certidão s/nº.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 013.159/2006-0	2473/2011 – Segunda Câmara (19/04/2011)			29922-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
(9.4.4) Determinar ao Supremo Tribunal Federal que envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os inativos tiveram conhecimento deste acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Síntese da providência adotada:					
A Secretaria de Controle Interno encaminhou o Ofício nº 4/SCI, de 13/6/2011, ao Tribunal de Contas da União, informando acerca das providências adotadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 013.159/2006-0	2473/2011 – Segunda Câmara (19/04/2011)			29922-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
(9.4.5) Orientar o Supremo Tribunal Federal que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Síntese da providência adotada:					
O ex-servidor EUCLIDES BRAZ desistiu dos Embargos de Declaração, declarando sua opção pelo retorno à atividade. (Julgada prejudicada a análise do pedido por perda de objeto - Acórdão 10966/2011). O Pedido de Reexame interposto pelo ex-servidor BENTO ALVES DE MELO ainda aguarda julgamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	021.566/2006-0				Of. nº 0234-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
2) Confirme, para os casos não enquadrados no item 1 acima, qual seja, de servidores que ainda continuam trabalhando nesse órgão/entidade, que tais servidores ainda pertencem de fato aos quadros desse órgão/entidade.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Cadastro/SRH					
Síntese da providência adotada:					
Envio de dados por meio do SISAC e e-mail de 22/7/2011, enviado por Rafaela de Melo Pimentel (SCI)					
Síntese dos resultados obtidos					
O servidor enquadra-se como “pertencente aos quadros da unidade”, ocupando o cargo de Analista Jud. Área Apoio Especializado, MEDICINA.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 013.159/2006-0	10966/2011 - Segunda Câmara, de 08/11/2011			43966-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Supremo Tribunal Federal que envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação desta deliberação, documentação que comprove o retorno do interessado à atividade.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
SRH/CAPE/SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Síntese da providência adotada:					
Aposentadoria tornada sem efeito – Portaria nº 261, de 13/12/2011, publicada no DOU em 15/12/2011 – PA nº 347.256/2011 (na Secretaria de Controle Interno para encaminhamento das informações, via SISAC, ao TCU).					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	021.566/2006-0				Of. Nº 0234-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL					
Descrição da Deliberação:					
1) Providencie, nos termos do art. 3º da IN/TCU nº 55, de 2007, para cada servidor da relação abaixo, o lançamento do respectivo desligamento no sistema Sisac, na hipótese de o servidor já ter se desligado desse órgão/entidade quando da posse em outro cargo, emprego ou função pública.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Cadastro/SRH					
Síntese da providência adotada:					
Envio de dados por meio do SISAC e e-mail de 22/7/2011, enviado por Rafaela de Melo Pimentel (SCI)					
Síntese dos resultados obtidos					
O servidor enquadra-se como “pertencente aos quadros da unidade”, ocupando o cargo de Analista Jud. Área Apoio Especializado, MEDICINA.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

16. RECOMENDAÇÕES DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 436
Data do Relatório de Auditoria	12-dez-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	12-dez-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Descrição da Recomendação	Necessidade de contemplar, na justificativa apresentada, no mínimo os pontos elencados pelo TCU para aferir a razoabilidade do vínculo pretendido, caso a STI entenda que tal exigência se enquadra na excepcionalidade relatada neste achado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Tecnologia da Informação	
Síntese das providências adotadas	
A STI e a Central do Cidadão se manifestaram pela manutenção da exigência de vínculo entre o prestador de serviços de garantia técnica e a empresa fabricante da solução de tecnologia da informação a ser adquirida (fls. 152-155).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 361
Data do Relatório de Auditoria	11-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	11-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais
Descrição da Recomendação	Alteração do item 2.4 do Edital da seguinte forma: 2.4 Não poderão participar desta licitação: a) pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, ou seja, aquele que não seja preponderantemente de radiodifusão e/ou televisão.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Editais	
Síntese das providências adotadas	
A alteração foi realizada (fl. 348). Substituíram a fl. 269 do processo.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 322
Data do Relatório de Auditoria	20-set-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	20-set-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais

Descrição da Recomendação	Alteração dos períodos de experiência, exigidos no item 10.49 e no Anexo A do Termo de Referência, para 6 meses.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Editais	
Síntese das providências adotadas	
A exigência foi retirada.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 300
Data do Relatório de Auditoria	30-ago-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	30-ago-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Contratos
Descrição da Recomendação	Correção do percentual de Encargos Sociais de 69,90% para 69,26%.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Contratos	
Síntese das providências adotadas	
A Secretaria de Administração e Finanças informou que o percentual proposto pela Secretaria de Controle Interno foi acatado e que a empresa concordou com os novos valores.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 322
Data do Relatório de Auditoria	20-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	20-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Adoção do mesmo critério, para o posto de supervisor, utilizado para o estabelecimento dos valores dos demais cargos a serem licitados neste Pregão, ou seja, salário atual do contrato 06/2010 acrescido da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria 2011 (R\$ 2.746,93).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
O valor foi fixado em R\$ 2.746,93.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 310
Data do Relatório de Auditoria	02-set-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	02-set-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Reprografia
Descrição da Recomendação	Reavaliação da obrigatoriedade do estabelecimento de vínculo entre as possíveis empresas interessadas na licitação e os fabricantes das máquinas, como condição de habilitação ao certame.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Reprografia	
Síntese das providências adotadas	
A nova minuta não faz mais referência à exigência arguida.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 311
Data do Relatório de Auditoria	05-set-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-set-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Cerimonial
Descrição da Recomendação	Ciência da Assessoria de Cerimonial de que deverá privilegiar a compensação de jornada em detrimento do pagamento de serviços em horário extraordinário, e de que deverá justificar formalmente nos autos os motivos para autorização de pagamento, ao invés da utilização da compensação, sempre que ocorrer tal fato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Cerimonial	
Síntese das providências adotadas	
A Assessoria de Cerimonial após seu ciente aos autos.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 290
Data do Relatório de Auditoria	26-ago-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	26-ago-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Engenharia
Descrição da Recomendação	Fundamentação - atentando-se aos termos contido nas Representações em comento - dos motivos pelos quais se exige das empresas interessadas a apresentação dos referidos ACT e CAT, já que, diante dos excertos acima e do negócio durante e após a implantação da solução, bem ainda após o encerramento do contrato.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Engenharia	
Síntese das providências adotadas	
A unidade atendeu integralmente a recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 423
Data do Relatório de Auditoria	30-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	30-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Descrição da Recomendação	Melhor justificação da escolha pela forma trienal de contratação, colacionando, se for o caso, a análise de riscos que possam vir a comprometer o sucesso durante o pactuado, e ainda o plano de sustentação para garantir a continuidade do negócio durante e após a implantação da solução, bem ainda após o encerramento do contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Tecnologia da Informação	
Síntese das providências adotadas	
A STI justificou os motivos pela contratação a longo prazo e as medidas tomadas no âmbito daquela Secretaria para garantir a viabilidade do negócio durante todo o contrato.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 452
Data do Relatório de Auditoria	09-dez-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	09-dez-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais
Descrição da Recomendação	Alteração das cláusulas de pagamento (fl. 237) e de recebimento (fl. 236), tendo em vista que a Seção de Gestão de Projetos não encontrou óbice em adotar a forma de pagamento sugerida.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Editais	
Síntese das providências adotadas	
As alterações das cláusulas foram observadas no edital.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 407
Data do Relatório de Auditoria	05-dez-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-dez-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Descrição da Recomendação	Ciência e a manifestação da STI quanto à recomendação realizada e avaliação da necessidade de incluir critérios - similares aos do Contrato 1/2010 - no edital em tela, a fim de viabilizar sua análise e aprovação, considerando que a redação recomendada implica nova metodologia para pagamento dos serviços de manutenção evolutiva.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
A STI tomou ciência e informou os critérios a serem incluídos no edital (fls. 241/242).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 423
Data do Relatório de Auditoria	30-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	30-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais
Descrição da Recomendação	Adoção de providências necessárias ao edital visando à adjudicação por item, com vistas à ampliação da competitividade do certame.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Da análise do edital verificou-se que a adjudicação será por item licitado.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 367
Data do Relatório de Auditoria	18-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	18-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Segurança
Descrição da Recomendação	Melhor explicitação dos motivos de a renovação pretendida ser realmente a mais vantajosa à Administração – à vista da disparidade entre os modelos e seus respectivos valores –, já que a solução mais adequada seria aquela que visasse à substituição por modelos iguais ou similares aos que atualmente são utilizados.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Segurança	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Transportes informou que a renovação visa, além da padronização dos veículos, à melhor acomodação dos passageiros e à segurança dos mesmos, uma vez que os automóveis pretendidos possuem freios ABS e airbag como itens de série.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 330
Data do Relatório de Auditoria	13-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	13-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Telecomunicações
Descrição da Recomendação	Realização de pesquisa de preço para aferir o valor da garantia de 48 meses e do suporte técnico de 12 meses.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Telecomunicações	
Síntese das providências adotadas	
A área responsável realizou pesquisa de mercado cotando os dois itens solicitados.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 330
Data do Relatório de Auditoria	13-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	13-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Comissão Permanente de Licitações
Descrição da Recomendação	Publicação do edital sob análise em outros estados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Comissão Permanente de Licitações	
Síntese das providências adotadas	
O Edital foi publicado também em São Paulo (Folha de São Paulo).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 389
Data do Relatório de Auditoria	03-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	03-nov-11

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Descrição da Recomendação	Justificação da vedação de somarem-se atestados de capacidade técnica para que sejam atingidos os quantitativos mínimos das parcelas de maior relevância e valor significativo exigidos, já que o serviço pretendido, por ser comum, apresentando características padronizadas e usuais, é passível de ser prestado por diversos fornecedores no mercado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Síntese das providências adotadas	
A Secretaria de Tecnologia da Informação anuiu para que a proibição de somarem-se ACT's fosse retirada do edital.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 389
Data do Relatório de Auditoria	03-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	03-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Descrição da Recomendação	Esclarecimento acerca dos seguintes questionamentos: Qual a viabilidade técnica da contratação? Qual a necessidade corporativa do Tribunal? Quais os benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, efetividade e, principalmente, economicidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Secretaria de Tecnologia da Informação
Síntese das providências adotadas	
A STI prestou os esclarecimentos necessários à comprovação da vantagem da contratação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 330
Data do Relatório de Auditoria	13-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	13-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Telecomunicações
Descrição da Recomendação	Análise do Acórdão 2183/2008 e manifestação, principalmente, quanto à questão da exigência de fornecedores de um mesmo fabricante, comparando as questões levantas no Acórdão com as determinações do edital em tela.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Seção de Telecomunicações
Síntese das providências adotadas	
A área informou que realizou estudo do conteúdo integral do Acórdão e apresentou justificativa acerca da diferença entre o caso estudado no Acórdão e a aquisição pretendida pelo STF. Discorreu também sobre outros aspectos técnicos envolvendo integração.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 230
Data do Relatório de Auditoria	05-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais
Descrição da Recomendação	Substituição do termo "observada", contido no item 2.2.3 (fl. 127), pelo vocábulo "sugerida".
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Editais	
Síntese das providências adotadas	
O novo edital (fls. 160/205) revela que a recomendação foi atendida.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 230
Data do Relatório de Auditoria	05-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SAF
Descrição da Recomendação	Que o valor máximo anual admitido para esta licitação fosse de R\$ 600.000,00.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
O novo edital (fls. 160/205) revela que a recomendação foi atendida.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 230
Data do Relatório de Auditoria	05-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Central do Cidadão
Descrição da Recomendação	Indicação dos percentuais de descontos a serem abatidos do pagamento à futura contratada para cada indicador de qualidade exigido, bem como se serão admitidos limites mínimos e máximos de penalidades, e, ainda, se esta será ou poderá ser aplicada cumulativa, alternativa ou substitutivamente à penalidade de multa prevista na letra b.5 e b.6 do item 15.2 do edital (fl. 111), já que ambas, em tese, dão causa à inexecução total ou parcial da obrigação.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Central do Cidadão	
Síntese das providências adotadas	
A Central do Cidadão incluiu o item 3.4 no Anexo A e B do Termo de Referência (fl.191 e 196), ressaltando que, não configurando penalidade, o abatimento poderá ser cobrado cumulativamente às penalidades de multa previstas nas letras b.5.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 439
Data do Relatório de Auditoria	05-dez-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-dez-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Documentação
Descrição da Recomendação	Justificação da preferência da Administração em contratar o objeto pretendido por meio do sistema de registro de preços.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Documentação	
Síntese das providências adotadas	
A justificativa foi dada e aceita pela Secretaria de Controle Interno.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 439
Data do Relatório de Auditoria	05-dez-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-dez-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Documentação
Descrição da Recomendação	Reavaliação dos prazos estabelecidos à contratada para a impressão e a entrega do material, em particular aqueles que se referem a 1 (um) dia útil e de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, posto que a exiguidade do prazo pode, ao menos indiretamente, interferir no caráter competitivo da licitação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Documentação	
Síntese das providências adotadas	
A Secretaria de Documentação ampliou os prazos, os quais a Secretaria de Controle Interno entendeu ser razoáveis.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 245
Data do Relatório de Auditoria	27-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	27-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenadoria de Serviços Gerais (CGER) e Coordenadoria de Sistemas (CSIS)
Descrição da Recomendação	Que a CGER, com apoio da CSIS e da Seção de Gestão e Projetos: a) reavalie a quantidade horas realmente necessárias para os serviços de parametrização e de customização que devem se restringir apenas àqueles que dependerão da contratação em tela; e b) inclua no termo de referência as definições exatas para os serviços de parametrização e para os serviços de customização, e outros que também julgar necessários.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Sistemas	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que esse item foi retirado da nova versão do termo de referência, deixando para ser contratado posteriormente ao levantamento do escopo a ser desenvolvido.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 187
Data do Relatório de Auditoria	24-mai-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	24-mai-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Pesquisa de preços junto aos Órgãos da Administração Pública que detêm contratos semelhantes ao contido no presente edital.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Compras complementou a pesquisa de preços com informações do contrato de clipping eletrônico do TSE de 2009 e de 2010, cujos valores estão de acordo com o proposto no edital.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 298
Data do Relatório de Auditoria	01-set-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	01-set-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Comunicação Social

Descrição da Recomendação	Inclusão, no edital, do respectivo plano de manutenção preventiva correspondente a cada item constante do Grupo 1, com a correspondente especificação do serviço preventivo obrigatório a ser realizado, ou fundamentação das vantagens de a contratada vir a elaborar de forma exclusiva o referido programa preventivo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Comunicação Social	
Síntese das providências adotadas	
Nota-se que a nova minuta (fls. 212/257) atende integralmente as recomendações outrora dirigidas à Secretaria de Comunicação Social e à Seção de Editais.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 95
Data do Relatório de Auditoria	08-mar-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	08-mar-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Comissão Permanente de Licitação
Descrição da Recomendação	Que pregoeiro solicite à empresa o ajuste de sua proposta para que os percentuais cotados a título de taxa de administração e de lucro passem a suportar o custo com o preposto.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Comissão Permanente de Licitação	
Síntese das providências adotadas	
Foi enviado Ofício à empresa em 11/03/2011 (fl. 851) solicitando tal adequação. A empresa adequou sua proposta reduzindo o percentual de Encargos Sociais e aumentado as taxas de administração e de lucro de forma a suportar os custos com o preposto (fls. 852-856).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 123
Data do Relatório de Auditoria	05-abr-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	05-abr-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração Finanças
Descrição da Recomendação	Verificação junto ao licitante se a proposta apresentada foi assinada por quem de direito, requisitando, caso seja necessário, o Contrato Social da empresa com vistas à comprovação dos poderes ali conferidos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
A Comissão Permanente de Licitação procedeu à verificação no SICAF (fls. 866/867) e comprovou ser o signatário da proposta o representante legal da empresa.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 53
Data do Relatório de Auditoria	10-fev-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	10-fev-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Editais
Descrição da Recomendação	Inclusão, nas obrigações da contratada, da necessidade de a empresa indicar o número de profissionais responsáveis pela realização de cada uma das fases da consultoria, para fins de publicação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Editais	
Síntese das providências adotadas	
Foi incluído o item 4.8 no Projeto Básico com a seguinte redação: "Indicar a quantidade, bem como o nome dos profissionais responsáveis pela realização de cada uma das fases da consultoria".	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 37
Data do Relatório de Auditoria	24-jan-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	24-jan-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Alteração, antes da assinatura do contrato, do valor da mensalidade dos aparelhos tipo NEXTEL para R\$ 69,00, o que implica redução do custo para R\$ 33.120,00.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Foi elaborada nova minuta de Contrato contemplando as alterações recomendadas.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 37
Data do Relatório de Auditoria	24-jan-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	24-jan-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Exclusão, antes da assinatura do Contrato, da previsão de pagamento de mensalidade para o item rádio transmissores e inclusão do ressarcimento da depreciação mensal no valor de R\$ 172,50.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Foi elaborada nova minuta de Contrato contemplando as alterações recomendadas.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 53
Data do Relatório de Auditoria	10-fev-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	10-fev-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Comunicação Social
Descrição da Recomendação	Sujeição do projeto em tela à apreciação e manifestação do Analista Judiciário – Especialidade Engenharia – lotado na Secretaria de Comunicação Social (fl. 14).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Comunicação Social	
Síntese das providências adotadas	
O Projeto Básico foi submetido à apreciação do Analista Judiciário - Especialidade Engenharia Elétrica.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 342
Data do Relatório de Auditoria	30-set-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	30-set-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Engenharia
Descrição da Recomendação	Início de apuração prontamente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Engenharia	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Engenharia explicou os motivos que deram causa ao atraso na execução dos serviços, atribuídos, principalmente, a fatores imprevistos e demais intercorrências do próprio Tribunal. Assim, entendeu não serem aplicáveis sanções à empresa, mormente por não haver como quantificar exatamente quais as parcelas (ou até mesmo quantos dias de execução em atraso) que foram de sua responsabilidade.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 90
Data do Relatório de Auditoria	04-mar-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	04-mar-11

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Alteração da minuta de forma a contemplar a atualização do IGP/DI/FGV relativo ao período de março de 2010 a fevereiro de 2011. (fl. 153)
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Síntese das providências adotadas	
Conforme recomendação da Secretaria de Controle Interno, foi aplicado o índice de fl. 152. Ver 1º TA à fl. 166.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 236
Data do Relatório de Auditoria	06-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	06-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Que a Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFI), quando do efetivo pagamento à contratada, leve em conta os reais valores que a empresa faz jus a título de repactuação nos moldes previstos na CCT da categoria.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Síntese das providências adotadas	
A COFI Informou que o pagamento da repactuação referente ao período de 1º a 24 de abril de 2011 foi realizado em 29/07/2011, conforme processo de pagamento nº 343.236 fls. 285-290.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 413
Data do Relatório de Auditoria	18-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	18-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Estudo, diante da inexecução das obrigações assumidas, da possibilidade de aplicação de penalidade de suspensão ou impedimento de licitar.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Síntese das providências adotadas	
A penalidade de suspensão foi aplicada.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 401
Data do Relatório de Auditoria	08-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	08-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Contratos
Descrição da Recomendação	Inclusão no aditivo em tela das regras para o pagamento dos serviços da filial de Brasília constantes da folha 518.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Contratos incluiu Anexo ao Termo Aditivo para atender à recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 242
Data do Relatório de Auditoria	12-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	12-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Comunicação Social
Descrição da Recomendação	Que, quando da elaboração de projetos básicos, atente-se para a previsão de normas que visem resguardar ao máximo os interesses do Tribunal, a exemplo da inclusão de cláusulas de penalidades.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Comunicação Social	
Síntese das providências adotadas	
A unidade tomou ciência da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 171
Data do Relatório de Auditoria	02-mai-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	02-mai-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Engenharia
Descrição da Recomendação	Que, quando da elaboração de projetos básicos que envolvam a necessidade de licença ambiental, estabeleça prazo para execução dos serviços levando em consideração possível demora do órgão envolvido na liberação.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Engenharia	
Síntese das providências adotadas	
A unidade tomou ciência da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 368
Data do Relatório de Auditoria	18-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	18-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Gerência de Rede
Descrição da Recomendação	Que realize as adaptações no quadro comparativo ou que instrua a Seção de Compras a fazê-lo, com vistas a possibilitar a visualização da vantagem da prorrogação contratual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Gerência de Rede	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Gerência de Rede, por meio da Informação SGRE/CTEC/STI nº 119/2011, refez o quadro comparativo de preços, utilizando-se unidade de medida única.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 248
Data do Relatório de Auditoria	21-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	21-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Comunicação Social
Descrição da Recomendação	Apresentação de relação discriminada de todos os equipamentos da Rádio e TV Justiça que atualmente são contemplados no atual contrato, com o respectivo plano de manutenção.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Às fls. 1154/1229 são discriminados os equipamentos da Rádio e TV Justiça cobertos pelo atual contrato, bem como os respectivos planos de manutenção tal como está previsto nos Anexos A, B, C e D do Edital (fls. 596/666).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 192
Data do Relatório de Auditoria	27-mai-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	27-mai-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Renovação da carta de exclusividade quando da data da efetiva prorrogação da vigência – 5/9/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
A contratada encaminhou certidão da Assespro, datada em 5/8/2011 (fl. 393).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 203
Data do Relatório de Auditoria	27-jun-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	27-jun-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Ressarcimento ao STF do valor do auxílio-alimentação correspondente aos dias úteis em que o beneficiário fez jus às diárias.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Emissão de GRU, para pagamento dos valores devidos em razão da ausência do desconto do auxílio-alimentação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 203
Data do Relatório de Auditoria	27-jun-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	27-jun-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Ressarcimento ao STF do valor do auxílio-alimentação correspondente aos dias úteis em que o beneficiário fez jus às diárias.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Emissão de GRU, para pagamento dos valores devidos em razão da ausência do desconto do auxílio-alimentação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 31
Data do Relatório de Auditoria	14-jan-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	14-jan-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Junção ao processo dos documentos que comprovem a viagem do beneficiário de que trata o item 2.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Foram anexados documentos de fls. 52 a 54.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 281
Data do Relatório de Auditoria	17-ago-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	17-ago-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SAF
Descrição da Recomendação	Junção ao processo dos documentos que comprovem a viagem da beneficiária.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Foi anexado documento ao processo para sanear pendência.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 281
Data do Relatório de Auditoria	17-ago-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	17-ago-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Junção ao processo, nos casos futuros, de ato do Presidente do Tribunal ou do Diretor-Geral da Secretaria instituindo a equipe de trabalho que realizará as missões institucionais específicas.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Foi anexado documento ao processo para sanear pendência.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 94
Data do Relatório de Auditoria	04-mar-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	04-mar-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Adoção do valor pago pelo STF a título de auxílio-alimentação, como base de cálculo do desconto desse benefício, em casos de concessão de diárias efetuada a beneficiários classificados como colaborador.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Passagens e Diárias descreveu a posição firmada pela Assessoria Jurídica no Parecer nº 293/2010, perquirindo sobre o órgão responsável pelos descontos do auxílio-alimentação e auxílio-transporte, em razão do acordo de cooperação técnica firmado entre o STF e o TJSP. No parecer a AJU recomenda que seja adotada a rotina prevista na norma específica desta Corte e que o STF consulte os tribunais sobre os valores pagos aos servidores beneficiários das mencionadas vantagens.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Acompanhamento n.º4
Data do Relatório de Auditoria	11-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	Secretaria de Administração e Finanças
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Utilização da conta 333903916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, em razão do objeto descrito no item constante da nota fiscal se tratar de prestação de serviço.
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Foi realizada a reclassificação contábil da despesa lançada na NO 1079/2011 (nota fiscal nº 72549, empresa Espaço e Forma Móveis e Divisórias LTDA), de 3339030-24 (Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/Instalações) para 3339039-16 (Serviço de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis), conforme CD 78/2011 (fl. 17).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Acompanhamento n.º4
Data do Relatório de Auditoria	11-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	11-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Retirada, quando da renovação do contrato, do item relativo à munição simples do quadro pertencente a equipamentos, e sua inclusão no quadro de bens de consumo duráveis, sem a taxa de depreciação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
Quanto ao cumprimento do item "b", a Secretaria de Administração e Finanças registrou que, de fato, a munição simples deveria constar do quadro de bens de consumo duráveis. Os ajustes já foram efetuados.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 287
Data do Relatório de Auditoria	19-ago-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	19-ago-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Verificação da data efetiva do retorno da beneficiária e, se for o caso, que se proceda à recuperação de uma diária internacional no valor de USD 416,00, em razão do retorno antecipado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Administração e Finanças	
Síntese das providências adotadas	
A beneficiária efetuou o recolhimento do valor de R\$ 732,04.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 53
Data do Relatório de Auditoria	04-jan-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	04-jan-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Aposentadorias e Pensões
Descrição da Recomendação	Fundamentação do ato na redação atual do artigo 40, parágrafo primeiro, dada pela EC 41, a qual prevê o cálculo dos proventos de acordo com a Lei 10.887/2004.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Aposentadorias e Pensões	
Síntese das providências adotadas	
Retificação publicada no DOU de 27/1/2011.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 3
Data do Relatório de Auditoria	04-jan-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	04-jan-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Aposentadorias e Pensões
Descrição da Recomendação	Alteração de 1-1-5485-0 para 1-1-5483-4 no formulário principal, em "dados da concessão", campo "código dos fundamentos legais da aposentadoria".
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Aposentadorias e Pensões	
Síntese das providências adotadas	
A alteração foi registrada no formulário do Sisac.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 60
Data do Relatório de Auditoria	17-fev-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	17-fev-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Aposentadorias e Pensões
Descrição da Recomendação	Alteração de 32a9m3d para 32a9m13d no formulário principal em "dados da concessão", campo "Tempo de Serviço Público", linha 2; alteração de 32a9m3d para 32a9m13d no campo "Tempo de Serviço para aposentadoria", linha 3; alteração de 20a11m5d para 20a11m14d no campo "Tempo de Serviço para GATS linha 4; alteração de 21/01/1987 para 02/01/1987 no anexo II - em "discriminação dos tempos em funções comissionadas", linha 1 - campo "Data Início (ocupação)".
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Aposentadorias e Pensões	
Síntese das providências adotadas	
A Seção de Legislação de Pessoal procedeu à retificação da averbação da ex-servidora no processo administrativo nº 18008/83, nos seguintes termos: Órgão: Tribunal Federal de Recursos (3/4/1978); Tempo de Aposentadoria: 2.010 dias = 5a6m5d; Tempo GATS: 2.010 dias = 5a6m5d; Observações: 10 dias de licenças médica, contados para aposentadoria e ATS. A alteração no SISAC, exceto quanto ao "Tempo de serviço para GATS", pois considerando o período de 3/4/1978 a 8/3/1999, o adic. é 7.645 dias = 20a11m15d.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 365
Data do Relatório de Auditoria	17-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	17-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	Revisão da planilha de cálculo dos proventos, com respectiva correção dos valores nos campos do SisacNet, caso a ocorrência seja confirmada.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Foram refeitos os cálculos, incluindo os valores informados na competência de fevereiro/2002, bem como atualizada a "Tabela de Atualização Monetária dos Salários de Contribuição" (Portaria 255 de 11/5/2011), pois na data de encaminhamento do processo de aposentadoria do ex-servidor ainda não constava o índice do mês de abril de 2011.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 210
Data do Relatório de Auditoria	12-jul-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	12-jul-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	Revisão da planilha de quintos da servidora, com a devida comprovação de outros períodos de substituição de função de nível FC-6, já que as funções comissionadas elencadas não são suficientes como comprovação dos quintos recebidos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Após a revisão de "quintos", procedida pela Seção de Legislação de Pessoal, foram refeitas as planilhas das funções comissionadas ocupadas pela ex-servidora e alterados os campos do anexo II no SISAC/TCU.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 301
Data do Relatório de Auditoria	11-out-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	11-out-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Secretaria de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	Alteração de "25a 11m 25d" para "25a 11m 20d" em Dados do Instituidor: Campo "Tempo de Serviço para Aposentadoria"

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Alterações feitas conforme solicitado.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Informação 351
Data do Relatório de Auditoria	29-nov-11
Item do Relatório de Auditoria	--
Comunicação Expedida/Data	29-nov-11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Aposentadorias e Pensões
Descrição da Recomendação	Alteração de 15/12/1979 para 15/2/1979 no anexo II, em "Discriminação dos tempos em funções comissionadas", campo "data início (ocupação)", linha 1.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Aposentadorias e Pensões	
Síntese das providências adotadas	
Campo alterado conforme solicitado.	

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		040001	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	15 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	Raphael Yani Martins Neto	CRC nº	014623-9/DF

Brasília, de março de 2012.

Ministro CEZAR PELUSO
Presidente

Alcides Diniz da Silva
Diretor-Geral da Secretaria